

DIREITO ADMINISTRATIVO

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL



SUA PROVA

- Além deste caderno de rascunho contendo o enunciado da **Peça Prático-Profissional** e das **4 (quatro) Questões Discursivas**, você receberá do fiscal de sala um caderno para transcrição dos textos definitivos.



TEMPO

- 5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos.
- 2 (duas) horas** após o início da prova será possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de rascunho.
- 1 (uma) hora** antes do término do período de prova será possível retirar-se da sala levando o caderno de rascunho.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os examinandos.
- Levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala.
- Portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, walkman, agenda eletrônica, *notebook*, *netbook*, *palmtop*, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, protetor auricular, MP3, MP4, controle de alarme de carro, *pendrive*, fones de ouvido, *Ipad*, *Ipod*, *Iphone*, etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e, ainda, lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo de qualquer espécie.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se todos os seus aparelhos eletrônicos foram acondicionados e lacrados dentro da embalagem própria. Caso você seja flagrado portando qualquer equipamento proibido pelo edital, durante a realização da prova, você será **eliminado** do exame.
- Verifique se a disciplina constante da capa deste caderno coincide com a registrada em seu caderno de textos definitivos. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher seu caderno de textos definitivos. Assinale seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões discursivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de textos definitivos. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do examinando.
- A FGV realizará identificação datiloscópica de todos os examinandos por meio da coleta das impressões digitais dos examinandos na lista de presença.
- Ao terminar a prova, você deverá, **obrigatoriamente**, entregar o caderno de textos definitivos ao fiscal da sala. O examinando que descumprir essa regra será **eliminado**.
- Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Caso algum desses examinandos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, deverá assinar termo desistindo do exame e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo coordenador da unidade de provas.

ATENÇÃO

Na elaboração dos textos da peça profissional e das respostas às questões discursivas, o examinando deverá incluir todos os dados que se façam necessários, sem, contudo, produzir qualquer identificação ou informações além daquelas fornecidas e permitidas nos enunciados contidos no caderno de prova. A omissão de dados que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução do problema proposto acarretará descontos na pontuação atribuída ao examinando nesta fase. O examinando deve estar atento para não gerar nenhum dado diferente que dê origem a uma marca identificadora.

A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da prova prático-profissional e a eliminação do examinando. Assim, por exemplo, no fechamento da peça, o examinando deve optar por utilizar apenas “*reticências*” ou “XXX”, ou seja: Advogado “...” ou Advogado “XXX”, Data “...” ou Data “XXX”, Local “...” ou Local “XXX”, destacando-se que, no corpo das respostas, o examinando não deverá criar nenhum dado gerador de marca de identificação.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Em razão de dificuldade financeira vivenciada, Luciana, maior e capaz, residente no Município *Alfa*, procurou a concessionária *Iluminação Sustentável*, responsável pelo fornecimento de energia elétrica na referida municipalidade, afirmando que a sua conta vinha aumentando exponencialmente sem justificativa e sem que ela conseguisse entender a política tarifária empregada, já que não havia informações divulgadas ao público no sítio eletrônico da entidade. Buscou, ainda, alterar a data de vencimento da sua conta para o dia 20 de cada mês, mas os seus requerimentos foram ignorados.

Sendo assim, em agosto de 2025, Luciana deixou de efetuar o pagamento da conta de energia elétrica do imóvel onde reside, acarretando, dez dias após a data de vencimento, a interrupção do fornecimento do referido serviço público, em uma sexta-feira e sem prévio aviso. Após cinco dias, a energia elétrica foi restabelecida, já que Luciana efetuou o pagamento dos valores devidos, não sem antes descartar os alimentos que estavam armazenados em sua geladeira e estragaram.

Irresignada com a situação posta, Luciana procurou você para, na qualidade de advogado(a), adotar todas as providências cabíveis junto ao Poder Judiciário. Com efeito, você ingressou com uma ação em Juízo, objetivando a condenação da concessionária ao pagamento de indenização por danos materiais e de compensação financeira por danos morais, sendo certo que o Juízo da Vara Única do Município *Alfa* julgou improcedentes os pedidos, sob os seguintes fundamentos:

- i) a responsabilidade civil da concessionária tem natureza subjetiva, por se tratar de pessoa jurídica de direito privado, sendo certo que a parte autora não demonstrou que a demandada agiu com dolo ou culpa;
- ii) a interrupção do fornecimento de energia elétrica se deu de forma regular, ante o inadimplemento de Luciana;
- iii) a concessionária tem discricionariedade para interromper o fornecimento do serviço na data que reputar mais adequada;
- iv) a data de vencimento da fatura deve ser definida, unilateralmente, pela concessionária, por expressa previsão legal;
- v) a política tarifária deve constar da fatura individualizada, de forma que o valor do serviço variará de acordo com a sua utilização, sem exigência de divulgação adicional.

Registre-se que os embargos de declaração opostos em face da sentença foram, no mérito, desprovidos, em decisão publicada na última sexta-feira.

Diante das circunstâncias narradas, redija a peça cabível, mediante a apresentação de todos os fundamentos jurídicos pertinentes para a defesa dos interesses de Luciana. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

RASCUNHO

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 1

Para fins de melhorar a prestação do serviço público de saneamento básico, o Poder Público, após os devidos procedimentos, utilizou-se de duas modalidades distintas de intervenção do Estado na propriedade, que não importaram no sacrifício do direito e que afetaram os imóveis distintos de Marcela e de Mariana.

Na propriedade de Mariana, foram instalados dutos necessários para a realização do mencionado serviço público, sendo certo que, após a finalização da obra, uma pequena parcela do imóvel teve o seu uso comprometido.

Já a de Marcela, que é o imóvel vizinho ao de Mariana, foi usada pelo Poder Público apenas durante a instalação dos mencionados dutos, que se revelou necessária para a realização de tal obra, resultando, também, em pequeno comprometimento do bem em relação ao seu estado anterior.

Em razão disso, tanto Marcela quanto Mariana buscaram a sua assessoria jurídica com vistas a compreender quais as modalidades de intervenção foram implementadas em relação a cada uma de suas propriedades, bem como acerca da viabilidade de indenização em decorrência dessas circunstâncias.

Diante dessa situação hipotética, mediante a indicação da modalidade de intervenção do Estado na propriedade, responda aos questionamentos a seguir.

A) É cabível a indenização pelo comprometimento de parcela da propriedade de Mariana, com os consectários previstos no Decreto-Lei nº 3.365/1941? Justifique. (Valor: 0,65)

B) É necessária a prévia e justa indenização em dinheiro no caso de Marcela? Justifique. (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

QUESTÃO 2

Determinada empresa pública, após o devido processo licitatório, celebrou com a sociedade *Delta* um contrato para a realização de uma obra, pelo regime da empreitada integral, considerando que a entidade contratante necessitava receber o empreendimento, de alta complexidade, em condição de operação imediata, sendo certo que havia no contrato cláusula atinente à matriz de riscos.

Após a formalização da avença, verificou-se a necessidade de uma supressão no respectivo objeto, que corresponde a 10% do valor inicialmente contratado, bem como ocorreu evento superveniente, que foi contemplado na matriz de risco como de responsabilidade da contratada.

Os representantes da sociedade *Delta* procuraram você, como advogado(a), para que, à luz da legislação específica atinente aos contratos formalizados com empresas públicas, responda, fundamentadamente, aos questionamentos a seguir.

- A) É necessária a previsão de cláusula que viabilize a mencionada alteração contratual, por acordo entre as partes, na situação descrita? Justifique. (Valor: 0,65)**
- B) É cabível a celebração de aditivo decorrente de evento superveniente alocado nos aludidos termos? Justifique. (Valor: 0,60)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

QUESTÃO 3

Marcos, ocupante de um emprego público, de caráter técnico, na sociedade de economia mista federal *Beta*, também ocupa um cargo público de professor na universidade federal *Alfa*.

Nesse contexto, determinado dia, o referido agente público recebeu um ofício, emanado do órgão de controle interno da estatal, requisitando informações sobre a acumulação indevida de funções públicas, já que a carga horária semanal de Marcos, consideradas as duas atividades desempenhadas, seria superior a 60 horas, ainda que seja reconhecida a compatibilidade de horários. Preocupado, o referido servidor procurou você, na qualidade de advogado(a), buscando a devida orientação jurídica.

Diante dessa situação hipotética e com base na Constituição Federal, responda, fundamentadamente, aos questionamentos a seguir.

A) A regra da vedação à acumulação remunerada de cargos e empregos públicos abrange a sociedade de economia mista federal *Beta*? Justifique. (Valor: 0,60)

B) Existe acumulação indevida de funções públicas por parte de Marcos? Justifique. (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

QUESTÃO 4

O Tribunal de Contas da União, em seu regular mister constitucional, após o devido processo administrativo, aplicou a sanção de multa proporcional ao dano causado ao erário pelo agente público Euclésio, lotado no Ministério *Alfa*, diante da ilegalidade verificada em vultosa despesa por ele ordenada no exercício de suas atribuições.

Considerando que não são mais cabíveis recursos na esfera administrativa, Euclésio está inconformado com o controle levado a efeito pela Corte de Contas e com fundado receio de ser ajuizada uma execução para a cobrança da aludida penalidade.

Em razão disso, ele buscou a sua assessoria jurídica para esclarecer as dúvidas a seguir elencadas, à luz das normas constitucionais.

- A) O exercício de tal competência pelo Tribunal de Contas da União está no âmbito do controle interno da Administração Pública? Justifique. (Valor: 0,65)**
- B) A mencionada decisão do Tribunal de Contas, que aplicou a penalidade a Euclésio, tem eficácia de título executivo? Justifique. (Valor: 0,60)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

Realização

